

Marcelo Máximo Purificação
Filomena Teixeira
Guilherme Sousa Borges
(Organizadores)

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
4

Marcelo Máximo Purificação
Filomena Teixeira
Guilherme Sousa Borges
(Organizadores)

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
4

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Filomena Teixeira, Guilherme Sousa Borges. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-148-0 DOI 10.22533/at.ed.480202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Teixeira, Filomena. III. Borges, Guilherme Sousa.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Mauricio Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores,

Apresentamos a vocês o volume 4 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”, no intuito de promover uma reflexão sobre a integração educacional no contexto social, considerando a educação como uma das molas propulsoras que movem o homem e a própria sociedade. Uma obra organizada em 16 capítulos que perpassam pelos mais variados temas e perspectivas. Entre eles podemos citar: Estilos de aprendizagem: um olhar para a sua importância no processo de ensino; Elaboração, desenvolvimento e validação do produto didático “física de partículas na escola: um jogo educacional”; Educação e neoliberalismo: reflexões a partir da teoria da síndrome comportamentalista de Alberto Guerreiro Ramos; Educação de surdos numa perspectiva inclusiva: uma análise a partir das políticas públicas; Educação ambiental na infância: relatos docentes; Destilaria: uma proposta de jogo inovador para o ensino de tópicos iniciais de química orgânica; Desigualdades educacionais e políticas de ações afirmativas na gestão universitária; Desenvolvimento pedagógico de crianças negras que aguardam adoção; Deficiência visual em idosos: o papel da convivência social; Cultura e pertencimento na banda escolar: um estudo de caso; Conversando sobre o mosquito da dengue com os alunos do quarto ano da escola municipal professora Armida Frare Gracia, Ponta Grossa, PR; Contribuições da autoavaliação institucional nos processos autoavaliativos de cursos: relato de experiência na Universidade Federal do Pampa; Comunidade política: o esperar na perpetuação de todo tipo de vida; Avaliação da relação entre o nível de estresse e o desempenho acadêmico nas provas práticas; Avaliação da qualidade dos serviços educacionais em uma instituição pública de ensino superior; Avaliação da disciplina de lógica programável em sua primeira oferta no curso de engenharia da computação nas modalidades EAD e presencial. Toda essa diversidade de temas, denota a amplitude e abrangência dos processos de organização e integração da educação, confirmando, que são muitos os desafios nesse campo de investigação.

Desejamos a todos vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Dr. Marcelo Máximo Purificação

Dra. Filomena Teixeira

Me. Guilherme Sousa Borges

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTILOS DE APRENDIZAGEM: UM OLHAR PARA A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO	
Regiane Dias Coitim	
Emily Ayumi Moriguchi	
Stacy Pedro Bach	
Dulce Maria Strieder	
DOI 10.22533/at.ed.4802029061	
CAPÍTULO 2	9
ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO DIDÁTICO “FÍSICA DE PARTÍCULAS NA ESCOLA: UM JOGO EDUCACIONAL”	
Ricardo Luís de Ré	
Nelson Canzian da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4802029062	
CAPÍTULO 3	20
EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA DA SÍNDROME COMPORTAMENTALISTA DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
Celso Eduardo Pereira Ramos	
Manoel Adir Kischener	
DOI 10.22533/at.ed.4802029063	
CAPÍTULO 4	32
EDUCAÇÃO DE SURDOS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Simone Andressa Nunes Lima	
Débora Quetti Marques de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4802029064	
CAPÍTULO 5	47
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA: RELATOS DOCENTES	
Deise Bastos de Araújo	
Derivan Bastos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4802029065	
CAPÍTULO 6	52
DESTILARIA: UMA PROPOSTA DE JOGO INOVADOR PARA O ENSINO DE TÓPICOS INICIAIS DE QUÍMICA ORGÂNICA	
Maximiliano de Freitas Martins	
Thiago Muza Aversa	
DOI 10.22533/at.ed.4802029066	
CAPÍTULO 7	63
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA	
Soraia Selva da Luz	
Patrick Cunha	
Raquel Pinheiro	

Artur Rocha Silva
Cláudio José Amante
DOI 10.22533/at.ed.4802029067

CAPÍTULO 8 75

DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DE CRIANÇAS NEGRAS QUE AGUARDAM ADOÇÃO

Juciany Ojeda Rojas Ferreira
Sandra Cristina de Souza

DOI 10.22533/at.ed.4802029068

CAPÍTULO 9 86

DEFICIÊNCIA VISUAL EM IDOSOS: O PAPEL DA CONVIVÊNCIA SOCIAL

Carlos Eduardo Teodoro Vieira
Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

DOI 10.22533/at.ed.4802029069

CAPÍTULO 10 96

CULTURA E PERTENCIMENTO NA BANDA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

Francisval Candido da Costa
Taís Helena Palhares

DOI 10.22533/at.ed.48020290610

CAPÍTULO 11 107

CONVERSANDO SOBRE O MOSQUITO DA DENGUE COM OS ALUNOS DO QUARTO ANO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ARMIDA FRARE GRACIA, PONTA GROSSA, PR

Cristina Lúcia Sant'Ana Costa Ayub
Raissa de Quadros
Sílvia Andreia Parizattie

DOI 10.22533/at.ed.48020290611

CAPÍTULO 12 115

CONTRIBUIÇÕES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS AUTOAVALIATIVOS DE CURSOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

João Timóteo de Los Santos
Lisiane Inchauspe de Oliveira
Ana Cristina Rodrigues
Maria Eliza Rosa Gama

DOI 10.22533/at.ed.48020290612

CAPÍTULO 13 129

COMUNIDADE POLÍTICA: O ESPERANÇAR NA PERPETUAÇÃO DE TODO TIPO DE VIDA

Silvana Maria Jacinto
Maria Waldenez de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.48020290613

CAPÍTULO 14 138

AValiação DA RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESTRESSE E O DESEMPENHO ACADÊMICO NAS PROVAS PRÁTICAS

Amanda de Andrade Cavalcante
Ana Natália Vasconcelos Arcanjo
Maria Clara Holanda Lima
Danielle Pessoa Lima
Francisco Wandemberg Rodrigues dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.48020290614

CAPÍTULO 15 143

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR

Paulo Henrique dos Santos
Luiz Rodrigo Cunha Moura
Fernanda Carla Wasner Vasconcelos
Nina Rosa da Silveira Cunha

DOI 10.22533/at.ed.48020290615

CAPÍTULO 16 160

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÓGICA PROGRAMÁVEL EM SUA PRIMEIRA OFERTA NO CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO NAS MODALIDADES EAD E PRESENCIAL

Ederson Cichaczewski
Fernanda Fonseca
Cristiane Aparecida Gonçalves Huve

DOI 10.22533/at.ed.48020290616

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 171

ÍNDICE REMISSIVO 173

DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DE CRIANÇAS NEGRAS QUE AGUARDAM ADOÇÃO

Data de aceite: 01/06/2020

Data da Submissão: 19 /04/2020

Juciany Ojeda Rojas Ferreira

Especialização em Relações Étnico-raciais, Gênero e Diferença, no Contexto do Ensino de História e Cultura Brasileira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande - MS, 2019.

<http://lattes.cnpq.br/3172112476083108>

Sandra Cristina de Souza

Professora Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC; São Paulo – SP, 2010. Professora Titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil. Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Especialização em Relações Étnico-raciais, Gênero e Diferença, no Contexto do Ensino de História e Cultura Brasileira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande - MS, 2019.

<http://lattes.cnpq.br/2863431614312879>

RESUMO: A pesquisa vigente pretende contribuir para o estudo das relações sociorraciais e sua conexão com o processo de desenvolvimento educacional de crianças à espera de adoção, tendo em vista a carência de estudos que dissertam sobre tal relação.

Para isso pesquisa-se sobre o processo de desenvolvimento pedagógico de crianças negras que aguardam adoção na Associação e Centro de Apoio e Orientação a Criança – Lar Vovó Miloca - situada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a fim de esclarecer se a espera pela perfilhação de alguma forma pode influenciar no rendimento escolar dos menores negros. Realiza-se então, uma pesquisa qualitativa, para a qual foi necessária uma análise documental das fichas de acompanhamento e entrevistas abertas com a equipe psicossocial da Instituição. Diante disso, verifica-se que o preconceito racial aflora por meio das condições impostas pelos postulantes a pais adotivos, observa-se também a ausência de dados raciais dos menores nas fichas de acompanhamento dessas crianças, o que inviabiliza delinear o perfil das crianças da entidade, e por fim apura-se a impossibilidade de fazer uma avaliação do processo de aprendizado desses menores, tendo em vista, o pouco tempo em que ficam sobre a guarda do Instituto, em média três meses.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção. Negros/as. Desenvolvimento Pedagógico. Crianças Institucionalizadas.

ABSTRACT: The current research intends to contribute to the study of socio-racial relations and their connection with the educational development process of children waiting for adoption, in view of the lack of studies that discuss this relationship, for that, research on the process of pedagogical development of black children awaiting adoption at the Association and Support and Child Orientation Center - Lar Vovó Miloca - located in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul, in order to clarify whether the wait for profiling can in any way influence the school performance of black minors. Then, a qualitative research is carried out, for which it was necessary a documentary analysis of the accompanying forms and open interviews with the institution's psychosocial team. Given this, it appears that racial prejudice arises through the conditions imposed by postulants on adoptive parents, there is also the absence of racial data from minors in the accompanying files of these children, which makes it impossible to outline the profile of the children of the entity, and finally, the impossibility of making an assessment of the learning process of these minors is verified, in view of the short time they spend under the custody of the Institute, on average three months.

KEYWORDS: Adoption. Black. Pedagogical Development. Institutionalized Children.

1 | INTRODUÇÃO

Ao abordarmos os assuntos referentes à adoção de crianças negras podemos encontrar publicações nas mais variadas linhas de pesquisa (Al & Medeiros, 2016); (Castro, 2011); (Rufino, 2002), por meio de diferentes temáticas que tratam sobre as relações dessas crianças com a comunidade escolar e o seu desenvolvimento educacional, visto que, a busca por estudos que dissertam sobre esses relacionamentos nos levam a identificar a escassez de trabalhos de pesquisa que fazem alusão à temática. Isso nos encaminha à necessidade de discorrer sobre o processo de aprendizado dos discentes que aguardam perfilhação no Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, a fim de produzir materiais que subsidiem futuras pesquisas.

Diferentes autores se contrapõem sobre a influência que o processo de adoção exerce sobre o desenvolvimento pedagógico dos alunos, uns acreditam que o mesmo é a principal causa da baixa performance escolar dessas crianças, outros apontam que, a queda no desenvolvimento escolar não pode ser atribuída somente a esse fato, (CASTRO, 2011, p.11). Esse impasse nos conduziu a propor uma investigação sobre como é o processo de desenvolvimento pedagógico de crianças que aguardam adoção.

O estudo tem como objetivos: 1) investigar o processo de desenvolvimento escolar de crianças negras que aguardam adoção na Instituição de Apoio ao Menor "Lar Vovó Miloca", situada no Jardim Leblon, no Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul; 2) levantar dados por meio de pesquisa documental e entrevistas abertas; e 3) fazer análise dos mesmos a fim de entender até que ponto a expectativa de ser

adotado pode influenciar no desempenho escolar desses alunos.

Este estudo apoiou-se nos dados levantados no intuito de elucidar a questão problema que norteia esse estudo: O desenvolvimento pedagógico de crianças negras que aguardam adoção pode ser prejudicado pela expectativa de ser ou não adotado?

2 | METODOLOGIA

2.1 Meios e Métodos

Emprega-se a esse estudo a metodologia de pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica e documental. No levantamento bibliográfico foram consideradas publicações científicas disponíveis em revistas indexadas na base de dados Scielo e Google acadêmico, os textos foram encontrados utilizando-se os unitermos: adoção de crianças negras institucionalizadas e desenvolvimento pedagógico de crianças negras. A pesquisa de campo foi realizada com questionários formulados com questões abertas e análise de documentos. A pesquisa valeu-se dos procedimentos metodológicos na finalidade de investigar como se dá o processo de desenvolvimento pedagógico de crianças e adolescentes negros que aguardam perfilhação na Instituição de acolhimento “Lar Vovó Miloca”, a técnica adotada para o desenvolvimento dessa pesquisa é a de amostragem por acessibilidade ou por conveniência, que segundo (GIL, 2009, p. 94) “seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo-se que estes possam de alguma forma, representar um universo”.

Num intervalo de um ano a contar da data de 18 de maio de 2018, o estudo de corte transversal foi realizado com crianças de idades entre 6 e 12 anos com residência temporária nas instituições de acolhimento ao menor do Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. No período da investigação foram encontradas 7 instituições de acolhimentos ao menor na cidade de Campo Grande/MS, dentre as quais selecionou-se o Instituto de Acolhimento ao Menor “Lar Vovó Miloca” para pesquisar sobre o rendimento escolar das crianças negras que aguardam adoção. A partir de uma amostra de 23 menores, extraiu-se dentre eles os que estão em idade escolar, o que resultou numa subamostra de 15 crianças.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com questões abertas entre os dias 12 e 16 de Abril de 2019, as entrevistas foram fragmentadas em três segmentos: 1- Visita a Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campo Grande/MS para obter dados estatísticos, Informações e autorizações do Juizado da Infância e Juventude. 2- Entrevista com a Presidente da Instituição de Acolhimento “Lar Vovó Miloca” para entender sobre aspectos históricos, físicos e institucionais, dentre os quais indaga-se sobre a fundação, objetivo e gerenciamento da instituição. 3- Entrevista com a equipe psicossocial para conhecer o perfil e levantar os dados escolares e psicossociais dos menores.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa vigente pretende contribuir para os estudos das relações sócios raciais e sua ligação com a educação por meio de uma análise do processo de desenvolvimento pedagógico de alunos negros do Instituto “Lar Vovó Miloca” que aguardam adoção. Considera-se nesta pesquisa a importância de discutir sobre como as questões raciais podem influir no processo de adoção e entender se há prejuízos pedagógicos advindos dessa demanda.

O estudo inicia-se com uma abordagem conceitual do termo “adoção” seguida de uma breve análise da evolução histórica percorrida tanto pelo exercício da adoção quanto pela legalização dessa prática no Brasil. Posteriormente, o trabalho apresenta discussões sobre a institucionalização da criança à espera de adoção e levanta questionamentos sobre possíveis prejuízos no processo de desenvolvimento da aprendizagem, sendo essa a hipótese a ser analisada.

3.1 A procura de um conceito

Encontra-se vasta literatura quanto o conceito do termo “adoção”, neste trabalho selecionamos as mais pertinentes. De acordo com (Haidar, 2015); (Webber, 1999), a palavra adoção origina-se do latim *adoptio*, onde *ad* significa para, e *optio* opção, isto é, “opção para”. Sua etimologia nos direciona ao entendimento de que as partes envolvidas numa ação adotiva têm a possibilidade de escolha. No Dicionário Compacto do Direito, as concepções trazidas por (CUNHA, 2011, p.30), aponta a adoção como o ato de admitir-se a um acordo, numa forma pela qual se estabelece relação de filiação sem laço natural. (BEVILÁQUA, 1956, p.31) e (RODRIGUES, 2002. p.380) apresentam considerações semelhantes quanto à conceituação do termo, os autores entendem que “adotar é a ação de trazer uma pessoa desconhecida para o convívio com sua família”.

Abordada dentro da perspectiva jurídica, a adoção segundo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo nº 39 entende que, a “adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa” (DIGIÁCOMO & DIGIÁCOMO, 2013, p. 23).

3.2 Breve histórico: do início da prática à legalização da adoção no Brasil

O surgimento da prática de acolher indivíduos como parte integrante da família, mesmo que esses não tenham com essa família vínculo sanguíneo, se dá desde o período colonial. Na época, esse processo tinha um caráter assistencialista, uma vez que, as famílias mais prósperas assistiam crianças desfavorecidas, assumindo-as como “filhos de criação”; da mesma forma, atendiam as obrigações religiosas estabelecidas pela igreja, pois, essa prática representava uma forma de caridade Cristã.

A falta de formalização quanto à perfilhação desses sujeitos, constituíam ambientes que propiciavam à exploração de mão de obra gratuita. Portanto, no Brasil, os padrões de adoções foram estabelecidos dentro das expectativas de atenderem essas demandas, muitas vezes considerado como subalterno, na maioria das ocasiões, o adotado recebia condição inferior aos filhos biológicos, sendo assim, desconsiderado como um membro efetivo da família (Paiva, 2004).

Segundo Dutra & Maux (2010), a adoção fora dos meios legais tornou-se uma parte da cultura dos brasileiros, a configuração de filiação praticada nessa época no Brasil muitas vezes burlou os meios legais do processo adotivo, sendo qualquer pessoa qualificada para cuidar e educar um indivíduo menor, isso reputou ao Brasil um destaque negativo, “tal herança cultural contribuiu significativamente para que, até os dias de hoje, esta forma de filiação seja impregnada por mitos e preconceitos” (DUTRA & MAUX, 2010, p.359).

O processo de legalização da adoção no Brasil, inicialmente tinha a finalidade de atender casais infecundos e suprir suas necessidades de constituir família, constatamos que os primeiros registros legais quanto à adoção são encontrados no ano de 1828, que empregava aos pais inférteis o papel de ator principal do processo de adoção; essa práxis perpetuou-se e até hoje é apresentada como justificativa para a procura de um filho adotivo (DUTRA & MAUX, 2010, p.357).

Partindo de uma ordem cronológica, as primeiras políticas públicas que tratavam do processo de adoção de crianças e adolescentes surgiram em 1916, com a Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916 que dispõe sobre o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, que atribuía a alguns indivíduos da sociedade o direito de adotar legalmente, sendo para isso firmado contrato em cartório, garantindo a pessoas ou casais casados sem filhos, adotar uma criança, desde que tivessem idade mínima de 50 anos, e a diferença de idade entre o adotante e o adotado fosse de pelo menos 18 anos, esse tipo de perfilhação poderia ser revogada quando o adotado chegasse à maioridade, se assim acordassem ambas as partes, adotante e adotado.

Mudanças significativas no processo de adoção no Brasil só voltam a ocorrer em 1957, quando o Poder Judiciário passa a mediar esse processo. Na época, surge a Lei nº 3.133, de 8 de maio de 1957, que apresenta algumas alterações, entre elas, a mudança da idade mínima para adotar, que passa de 50 para 30 anos, e a diferença de idade entre as partes de 18 para 16 anos. Essa Lei também proporcionou ao adotado a possibilidade de acrescentar o sobrenome da família que o adotou. Então, o novo formato do processo adotivo passou a admitir como adotantes casais com filhos sanguíneos, desde que, fossem legalmente casados há pelo menos 5 anos, mas, não outorgava ao perfilhado nenhum direito legal à herança da família que o adotou, esse direito era reservado apenas aos progênitos. Essa configuração modernizou-se com a Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965, que criou condições para que as adoções irregulares fossem regulamentadas e passou a conferir aos adotados os mesmos direitos dos filhos biológicos.

Em 10 de outubro do ano de 1979, surge o Código de Menores por meio da Lei nº 6.667, que apresenta o processo de adoção brasileiro com dupla configuração, a Adoção Simples e a Adoção Plena. A Adoção Simples tinha assim como a legislação anterior, o propósito de legalizar a situação de crianças e adolescentes de 7 a 18 anos que já se encontravam sob os cuidados de uma família adotante. Enquanto que, a Adoção Plena, destinada a crianças menores de 7 anos, caracterizava-se por dizimar as distinções de direitos entre os filhos biológicos e adotivos, e evidenciar a ruptura de qualquer ligação entre o adotado e sua parentela (AL & MEDEIROS, 2011. p. 05). “Somente casais com pelo menos cinco anos de casados e um dos cônjuges maior de 30 anos, poderiam pedir essa modalidade, que era irrevogável” (BRAGANÇA & PEREIRA JUNIOR, 2015, p.91).

Outra novidade significativa trazida pela Legislação de 1979 foi a parametrização para adoção de estrangeiros, dentro da configuração de Adoção Simples.

Produto de uma intensa mobilização popular, que reivindicava garantir assistência ao menor, a Constituição Federal de 1988 instaura o Princípio da Proteção Integral à Criança Brasileira, que dentre outras determinações assegura no artigo de número 227 o direito à convivência familiar (BRASIL, 1988).

Dentre as transformações legais que versam sobre a temática da assistência à criança fora do convívio familiar, destaca-se a Lei de nº 8.069, registrada em Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Este documento buscou simplificar e aperfeiçoar o sistema de adoção brasileiro, trazendo novas configurações quanto à metodologia e priorizando, garantir o direito do menor. O Estatuto foi elaborado para regulamentar os direitos constitucionais, entre estes, o exercício da Adoção.

A autora Leia Dutra Paiva elenca as alterações mais relevantes promovidas pelo Estatuto:

A redução da idade mínima do adotante para 21 anos; a desvinculação da adoção do estado civil do adotante; a impossibilidade de avós e irmãos adotarem; a introdução e regulamentação das adoções unilaterais (um dos cônjuges ou concubinos podendo adotar o filho do outro); a adoção póstuma (que se concretiza mesmo se o adotante falecer durante o processo de adoção); a regulamentação das adoções internacionais; [...] a avaliação dos adotantes e das crianças e adolescentes pelo setor técnico do judiciário, validando a inclusão destes no cadastro ou na busca de famílias, respectivamente; (PAIVA, 2004, p. 46-47).

Com a finalidade de resguardar e proteger a criança e o adolescente, o documento extinguiu os dois formatos de Adoção empregados no Brasil, com isso, todos os menores de 18 anos têm a mesma análise jurídica frente à possibilidade de adoção, diferente do antigo Código de Menores que regulamentava tratamento diferenciado para criança de 0 a 7 anos (Adoção Plena), e de 7 a 18 anos (Adoção Simples).

Visando melhorar a segurança e a fiscalização no trâmite processual da adoção, criou-se em 2009, a Lei nº 12.010, também conhecida como “Lei da Adoção”

3.3 Menores institucionalizados: possíveis prejuízos

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, 47 mil crianças e adolescentes moram em abrigos no Brasil, acredita-se que o alto índice de crianças em abrigos seja consequência da morosidade do processo de adoção e dos obstáculos estabelecidos pelos próprios adotantes que elencam uma série de restrições. (BRAGANÇA & PEREIRA JÚNIOR, 2015, p.91).

Dados publicados pelo Conselho Nacional de Justiça retratam o perfil preferido pelos adotantes, e indicam que, na maioria das vezes, os pretendentes optam por meninas brancas menores de 3 anos e sem irmãos, sendo que os indicadores mostram que a maior demanda é de meninos negros com idades que variam entre 13 e 15 anos (CNJ, 2019). Ao fazer análise dos dados apontados entende-se que, “o preconceito racial no processo de adoção emerge através das exigências impostas pelos casais requerentes” (BRAGANÇA & PEREIRA JÚNIOR, 2015, p.92). A dificuldade de aceitar crianças que não se encaixam nos padrões da estética vigente no imaginário da sociedade brasileira reforça a intolerância às diferenças e a negação à diversidade étnico-cultural (RUFINO, 2003, p.40).

Oliveira (2012, p.16) acredita que, certificar a compatibilidade entre as partes seja uma ação importante para garantir o sucesso no processo de adoção, no entanto, afirma que, seu “prolongamento demasiado faz com que quando os pais adotivos tenham finalmente a criança, muito já aconteceu na vida deles e da criança em um período decisivo para a formação sadia do psiquismo infantil”.

Al & Medeiros (2016, p.11) entendem que, o convívio familiar seja um importante dispositivo na formação e desenvolvimento de um indivíduo, pois, segundo a Constituição Federal de 1988 é uma estrutura que confere Dignidade a Pessoa Humana, e por esse motivo é versado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como um direito garantido.

Bragança & Pereira Júnior (2015, p.92) consideram que, mesmo que a institucionalização de menores tencione resguardar a infância, em muitos casos, “no contexto de abrigo a criança não conta com afeto suficiente para um desenvolvimento sadio”. Para Oliveira (2002, p.09) apesar de assegurado pela lei, muitos menores de 18 anos não têm gozado do direito ao convívio familiar, visto que, depois de internado “(medida que deveria ser tomada como recurso extremo por curto período), existe uma probabilidade bastante grande da ocorrência do abandono nas instituições”.

Admite-se que, as experiências mais significativas do ser humano ocorrem dentro do seio familiar; “portanto, a família é o primeiro espaço para a formação psíquica, moral, social e espiritual da criança” (SOUSA, 2012, p.05). Sendo assim, déficits em qualquer uma dessas áreas de formação podem influir no desempenho escolar da criança e do adolescente, tendo em vista que, segundo Bragança & Pereira Junior (2015, p.95) “os estímulos aversivos são absorvidos com maior intensidade nos primeiros anos de vida, e

são determinantes para a saúde mental na idade adulta”.

Frente aos questionamentos sobre possíveis prejuízos no processo de desenvolvimento da aprendizagem de crianças que aguardam adoção, entendemos a necessidade de investigar os processos realizados nestas Instituições que abrigam crianças a espera de adoção em Campo Grande/MS.

4 | PROCEDIMENTOS E RESULTADOS

Inicialmente, foi realizada análise descritiva quanto a raça/cor, o sexo e a escolaridade do público alvo desta investigação - crianças brasileiras com idade entre 6 e 12 anos. Para melhor representar os dados elaboramos um gráfico com as informações raciais destas crianças:

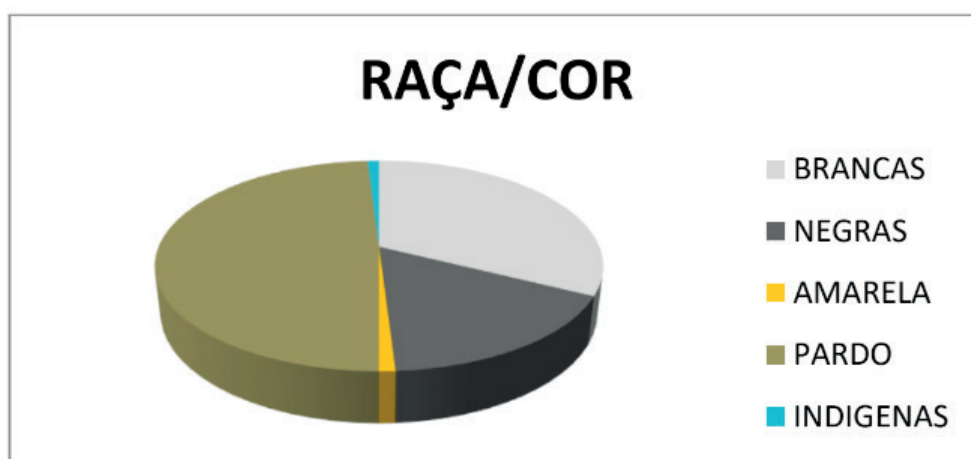


Gráfico 1- Dados Raciais das Crianças Inscritas no Cadastro Nacional de Adoção

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2019).

No gráfico 1, apresenta-se os dados raciais das crianças inscritas no Cadastro Nacional de Adoção, conforme afirma o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), das crianças que esperam perfilhação no país 33.16% são brancas; 16.79% são negras; 49.54% são pardas; 0.18% são amarelas e 0.33% são indígenas.

Segundo informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), em todo o Brasil soma-se 9.548 o número de crianças inscritas no Cadastro Nacional de Adoção, dentre elas, 5.030 estão disponíveis para adoção. Na região Centro-Oeste, 847 crianças esperam para serem adotadas, de acordo com Conselho Nacional de Justiça 332 crianças estão no Estado de Mato Grosso do Sul e aguardam perfilhamento nos institutos de amparo ao menor.

Em Campo Grande/MS, existem sete instituições de acolhimento ao menor, sendo estes o Abrigo Casa da Esperança Santa Rita de Cássia, Casa da Criança Peniel, Casa da Vovó Túlia, Casa da Adolescente Talita, Lar Vovó Miloca, Menina dos Olhos de Deus

e SOS Abrigo. Optamos por extrair os dados de pesquisa no Instituto de Acolhimento ao Menor “Lar Vovó Miloca”.

4.1 Conhecendo a instituição e as crianças

Associação Centro de Apoio e Orientação à Criança - Lar Vovó Miloca foi fundada por um grupo de estudantes da área social em 1986, na época a associação prestava atendimento apenas para doze crianças. No entanto, a instituição recebeu esse nome em homenagem a Jamile Garib, a Vovó Miloca que doou um imóvel para abrigar os menores, em um período em que a instituição enfrentava dificuldade para pagar seus aluguéis.

Com o prédio reconstruído no ano de 2010, o espaço físico da instituição compõe-se de três quartos, uma área ampla reservada à cozinha e sala e um extenso quintal. A entidade não dispõe de equipe multidisciplinar, apenas da equipe de trabalho com profissionais de serviços gerais, cuidadores, motoristas e duas técnicas: uma psicóloga e uma assistente social, que acompanham as crianças nas consultas e eventos. As despesas mensais chegam a 8 mil reais e são custeadas com um convênio entre a entidade e órgãos governamentais que remuneram os funcionários, além dos recursos advindos de campanhas e promoções.

4.2 Crianças, alvos da investigação

Com trinta e três anos em funcionamento a Associação Centro de Apoio e Orientação à Criança - Lar Vovó Miloca, atualmente atende 23 menores com faixa etária que variam de 05 meses a 12 anos, sendo 09 meninos e 14 meninas, 15 destas crianças estão em idade escolar e são alvos desta investigação. Todos os menores com idade entre 6 e 12 anos estão matriculados em escolas da rede pública, despontando um índice de 100% de crianças escolarizadas. O motorista da entidade faz o transporte dessas crianças para as unidades escolares das redes estaduais e municipais de ensino, as crianças são matriculadas quase sempre nas escolas da vizinhança para facilitar a entrada dessas crianças no horário adequado, já que todos estudam no período vespertino. A Associação dispõe de um automóvel que é utilizado para o deslocamento das crianças para a escola, consultas e outros eventos.

A entrevista com a equipe técnica da entidade revela que as profissionais não levantam os dados étnico-raciais das crianças e acreditam que o levantamento desses dados geram uma distinção desnecessária. – “nós não fazemos essa distinção (...)” replica uma das profissionais. As técnicas também esclareceram que há um alto nível de rotatividade desses menores na instituição, e afirmam que as crianças ficam entre 2 e 3 meses na entidade, isso impede que seja feita qualquer tipo de avaliação de desempenho confiável. As técnicas entendem que o curto período dessas crianças na entidade não é suficiente para causar déficits significativos, mas admitem que muitos delas já chegam com dificuldades de aprendizado advindas do estado de vulnerabilidade em que estavam

antes de chegar ao abrigo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do presente estudo viabilizou uma investigação sobre como se dá o processo de desenvolvimento escolar de crianças negras que aguardam adoção na Instituição de Apoio ao menor “Lar Vovó Miloca”.

A análise bibliográfica deste estudo nos encaminhou a percepção de que a legalização de adoção no Brasil passou por diferentes configurações até chegar ao formato atual. Identificamos que existe um alto índice de crianças institucionalizadas no Brasil e constatamos que esta elevada taxa de crianças a espera de perfilhação se dá por conta da morosidade do processo de adoção, primeiramente advindo da burocracia a qual se vincula tal decurso e posteriormente por causa dos entraves determinados pelas restrições elencadas pelos próprios adotantes, suas preferências deixam claro que crianças negras são preteridas nesse processo, possivelmente por não se assemelharem aos padrões impostos pela sociedade brasileira, o que levanta a outro fator discutido neste estudo, as questões raciais.

Na pesquisa de campo o levantamento dos dados quanto à análise documental deixa claro que a identidade racial dos menores que residem na casa de acolhimento selecionada para a pesquisa é simplesmente desconsiderada, informação merecedora de preocupação, já que a cor dos candidatos exercem grande peso para os adotantes. A grande rotatividade de crianças na instituição impossibilitou uma análise mais clara do processo pedagógico desses discentes, mas, em contra ponto, a informação de que há uma grande rapidez em desinstitucionalizar os menores na casa de apoio investigada é motivo de satisfação, já que este fato vai em desencontro a realidade das demais instituições de acolhimento brasileiras.

Ao produzirmos este estudo tenciona-se contribuir para futuras pesquisas sobre o desenvolvimento pedagógico de crianças negras que aguardam adoção, pois, consideramos que esse assunto ainda tem muito espaço para ampla discussão, já que identificamos a carência de estudos que dissertam sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

AL, M. A., & MEDEIROS, G. d. **Adoção inter-racial**: Ainda existe preconceito. XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na. XIII.pp. 1-12. Santa Cruz do Sul: UNISC. 2016.

BEVILÁQUA, C. **Direito de Família**. 8. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1956.

BRAGANÇA, R. R., & PEREIRA JUNIOR, A. A. **Crianças institucionalizadas**: a demora na adoção. Revista UNINGÁ REVIEW , 23, 89-97. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

CASTRO, L. F. **A TRAJETÓRIA DE CRIANÇAS ADOTADAS: A Perspectiva de Pais e Professores**. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP/ Ribeirão Preto, 141. Ribeirão Preto: USP. 2011.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Dados estatísticos do Cadastro Nacional de Adoção**. Brasília, DF: CNJ, 2019d. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf> >. Acesso em: 24 de Agosto de 2018.

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Dicionário Compacto do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009

DICIONÁRIO INFORMAL. **Adoção**. 28 de Março de 2011, Disponível em:<<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/ado%C3%A7%C3%A3o/9659/>> Acesso em: 24 de Agosto de 2018.

DIGIÁCOMO, M. J., & DIGIÁCOMO, I. D. **Estatuto da Criança e do Adolescente: anotado e interpretado**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Curitiba, Ministério Público do Estado do Paraná: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente. 2013.

DUTRA, E. & MAUX, A. **A.Adoção no Brasil: algumas reflexões**.REVISPIC, 356-372. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Org. atlas. 2009.

Haidar, C. **Conceitos de adoção**. 2015. Jusbrasil Disponível em: <<https://clahaidar.jusbrasil.com.br/artigos/232768201/conceitos-de-adoacao>>. Acesso em: 24 de Agosto de 2018.

OLIVEIRA, C. A. **Adoção no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes. 2002.

RODRIGUES, Silvío. **Direito Civil**. Volume 6. 27 Ed.. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 380.

RUFINO, S. **NOS ELOS DE UMA FILIAÇÃO MULTIRRACIAL: A adoção interracial nos limiares da educação intercultural**. Florianópolis. Acesso em 26 de Agosto de 2018, disponível em Repositório Institucional da UFSC. 2003.

_____. **UMA REALIDADE FRAGMENTADA: Adoção Interracial e os Desafios da Formação de Uma família Multirracial**. Katálysis, 5 (01), 79-88. 2002.

SOUSA, J. P. **A Importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. Fortaleza: Artigo apresentado à Universidade Estadual Vale do Acaraú como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. 2012.

WEBER, L. N. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba: Juruá.1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Docente 1
Ação Extensionista 107
Adoção 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 115
Autoavaliação De Cursos 115, 119

C

Convivência 47, 51, 80, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 124, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136

D

Deficiência Visual 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95
Desigualdades Educacionais 63

E

Educação 1, 7, 8, 9, 10, 15, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 78, 85, 96, 105, 107, 109, 111, 114, 116, 117, 118, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 137, 143, 144, 146, 161, 162, 165, 166, 170, 171, 172
Educação Ambiental 47, 48, 49, 50, 51, 111, 137
Educação De Surdos 32, 33, 34, 35, 42, 43, 44, 46
Educação Superior 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 118, 123, 126, 127, 128, 143, 144, 146
Engenharia Da Computação 160, 165
Ensino De Química 54, 61, 62
Estilos De Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Estresse 138, 139, 140, 141, 142

I

Idoso 86, 87, 93, 94, 95
Inclusão 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 58, 68, 80, 92, 120, 143, 145, 154
Infância 47, 48, 49, 51, 77, 81, 90, 106, 171
Instrumento Autoavaliativo 115
Interação Sociocultural 96

K

Kits Didáticos 160

N

Negros/as 10, 67, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 84, 137

Neoliberalismo 20, 21, 28

Neurologia 138, 139, 140, 141, 142

P

Políticas Públicas 32, 33, 34, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 63, 64, 67, 68, 72, 73, 74, 79, 84, 92, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 172

Processos Educativos 33, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 171

Q

Qualidade Dos Serviços 143, 144, 146, 147, 155

R

Recursos Didáticos 40, 107, 108

Relatos 36, 47, 48, 54, 88, 90, 92, 94, 134, 161

Resiliência 86, 87, 88, 90, 93, 94, 95

Ressignificações 96, 103, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0